

Relatório de Gestão do ano de 2011

Fundo Financeiro



Identificação da entidade:

Prefeitura de Rio Branco	Prefeito: Raimundo Angelim Vasconcelos
Secretaria Municipal de Administração	Endereço: Rua Coronel Alexandrino, 301 Bairro Bosque – Rio Branco – Acre Secretário: Claudio Ezequiel Passamani
Departamento de Previdência Rio Branco Previdência – RBPREV	Endereço: Rua do Aviário, 636 Bairro Aviário - Rio Branco – Acre - CEP: 69909-170 Diretora do Departamento: Irle Maria Gadelha Mendonça Endereço: Rua do Aviário, 636 Bairro Aviário - Rio Branco – Acre - CEP: 69909-170 Site: http://www.riobranco.ac.gov.br/rbprev Email: rbprev@riobranco.ac.gov.br Telefones de contatos: (68) 3222-8493 ou (68) 9954 4827 Normas de criação: Lei nº. 1.793/09 e Código na LOA: 009.611.09272000221440000 CNPJ: 11.793.141/0001-25

Conselhos de Previdência

Representantes do Conselho Fiscal

I – REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO

Titular: Hezio Rik Batista de Figueiredo
Suplente: Adécio Belmont de Lima

II – REPRESENTANTES DOS SEGURADOS ELEITOS

a) Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Emília Judite Silva Loureiro
Suplente: Maria Célia Lima de Souza

b) Representante do Poder Legislativo Municipal

Titular: Ruberval Braga Rola
Suplente: Pedro Teixeira Bezerra Neto

Representantes do Conselho de Administração

I – REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO

a) Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Marinelsi Rossi
Suplente: Neuma Maria de Souza
Titular: Antônio de Sousa Brito Filho
Suplente: Eufrásia Santos Cadorin
Titular: Evandro Luzia Teixeira
Suplente: Elza Neves Lopes

b) Representante do Poder Legislativo Municipal

Titular: Mauro Eduardo Soares de Almeida
Suplente: Ronaldo Thomaz Cordeiro Barbosa

II – REPRESENTANTES DOS SEGURADOS ELEITOS

a) Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Suely Lemos Bastos de Oliveira Rosas
Suplente: Antonia Domingos Januário
Titular: José Augusto Pinheiro da Silveira
Suplente: Raimundo Rodrigues de Oliveira
Titular: Débora Maria Pinto Braidí
Suplente: Maria Cristina Soares Rocha

b) Representante do Poder Legislativo Municipal

Titular: Alzenira Bezerra de Menezes
Suplente: Sâmia Cristina Franco de Carvalho

RBPREV

Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional:	Lei nº. 1.793/09, de 23 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 10.204 em 31/12/09
Responsável pela elaboração:	Departamento de Previdência do Município de Rio Branco
Equipe do RBPREV	Gerente de Previdência: Raquel de Araújo Nogueira Gerente Financeiro: Marcelo Luiz de Oliveira Costa Apoio Operacional: Marcelo Rodrigues de Oliveira Agente Administrativo: João Paulo Lobo Coelho Professora: Tatiane do Nascimento Filgueiras Contador: Amides Tavares de Souza – Portaria SEAD nº. 17, de 28/01/2011

Rio Branco, 22 de fevereiro de 2012	Irlé Maria Gadelha Mendonça Diretora do Departamento de Previdência Gestora do Fundo Financeiro
--	---

Missão do RBPREV

“Assegurar os direitos previdenciários aos servidores efetivos e seus dependentes mediante gestão participativa com ética, profissionalismo e responsabilidade social”.

Visão do RBPREV

“Ser a instituição de previdência social de excelência na prática de gestão pública com a participação, compromisso e respeito aos seus segurados”.

Valores do RBPREV

- ✓ Conhecimento
- ✓ Compromisso
- ✓ Honestidade
- ✓ Solidariedade
- ✓ Competência
- ✓ Democracia
- ✓ Respeito
- ✓ Sustentabilidade
- ✓ Transparência

SUMÁRIO

1. Introdução.....	1
2. Departamento de Previdência.....	2
2.1. Estrutura Organizacional.....	2
2.2. Principais realizações do RBPREV.....	2
2.3. Planos de Aplicações Financeiras - Política de Investimento do RBPREV.....	3
3. Fundo Financeiro do RBPREV.....	5
4. Fontes de receita do Fundo Financeiro – FFIN.....	5
5. Alíquotas das Contribuições Previdenciárias Compulsórias.....	5
6. Orçamento do FFIN para o ano de 2011.....	6
7. Movimentações Financeiras do exercício de 2011.....	6
8. Aplicações Financeiras do FFIN realizadas no ano de 2011.....	9
9. Resultado das Aplicações Financeiras do exercício de 2011.....	10
10. Estratégias adotadas nos investimentos financeiros em 2011.....	11
11. Benefícios pagos pelo Fundo Financeiro em 2011.....	12
12. Avaliação Atuarial do exercício de 2011.....	14
13. Resultados e Conclusões.....	15
14. Anexos:.....	15

LISTA DE FIGURAS

Figura I - Organograma.....	2
Figura II - Aplicações Financeiras do Fundo Financeiro.....	12
Figura III - Variação das Despesas com Pagamento de Benefícios Previdenciário.....	14

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Fundos do RBPREV.....	1
Quadro II - Plano de Investimento.....	4
Quadro III - Referências do Mercado - Benchmarks.....	4
Quadro IV - Fontes de receita do Fundo Financeiro - FFIN.....	5
Quadro V - Alíquotas das Contribuições Previdenciárias Compulsórias.....	6
Quadro VI - Orçamento do FFIN para o exercício de 2011.....	6
Quadro VII - Demonstrativos da Movimentação Financeira no exercício de 2011 Banco do Brasil.....	7
Quadro VIII - Demonstrativos da Movimentação Financeira no exerc. de 2011 Caixa Econômica Federal..	7
Quadro IX - Localização dos Recursos.....	9
Quadro X - Demonstrativo das aplicações realizadas no ano de 2011.....	9
Quadro XI - Demonstrativo de rendimento de aplicações.....	11
Quadro XII - Benefícios Custeados pelo Fundo Financeiro.....	13
Quadro XIII - Valores mensais da folha de pagamento de aposentadorias e pensões.....	13
Quadro XIV - Demonstrativo do Saldo Atuarial.....	15

1. Introdução

1.1. O presente relatório traz informações sobre o Regime Próprio de Previdência do Município de Rio Branco em destaque ao Fundo Financeiro – FFIN. Faz referência às atividades desenvolvidas em 2011 pelo Departamento de Previdência na gestão dos Fundos Financeiro e Previdenciário, tanto concernente às concessões dos benefícios previdenciários quanto à gestão financeira e meta atuarial.

1.2. O Município de Rio Branco criou seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – com a Lei Municipal nº. 1.793, de 23 de dezembro de 2009, com vigência a partir de 1º de abril de 2010; seguindo os ditames da Constituição Federal, Emendas Constitucionais 19, 20, 41 e 47 e da Lei nº. 9.717/98, que dispõe sobre a criação e regulamentação dos RPPS.

1.3. A Lei nº. 1.793/09 abrange todos os servidores detentores de cargo efetivo, integrantes dos Poderes Legislativo e Executivo municipais, incluídas suas autarquias e fundações; cria o Departamento de Previdência do Município de Rio Branco, institui as contribuições previdenciárias do regime, disciplina as aposentadorias e pensões dos servidores do Município de Rio Branco e cria os Fundos de Previdência Social: Fundo Previdenciário – FPREV e o Fundo Financeiro – FFIN, aderindo ao sistema de segregação de massa previdenciária com contas e contabilizações separadas. Logo, o dinheiro do Fundo Financeiro não pode ser utilizado para pagar aposentadorias e pensões concedidas a partir de 1º de abril de 2010 e os recursos do Fundo Previdenciário não podem ser utilizados para pagamento de benefícios dos aposentados e pensionistas do antigo regime de previdência.

Quadro I - Fundos do RBPREV

Fundo	Fonte do Recurso para o pagamento dos benefícios	Beneficiários
Fundo Financeiro – FFIN	Ente patronal (Prefeitura Municipal de Rio Branco)	Aposentados e pensionistas amparados pela Lei Municipal nº. 1.597 de 28 de Junho de 2006.
Fundo Previdenciário – FPREV	RBPREV	Todos os demais servidores públicos efetivos vinculados ao RPPS.

1.4. Para melhor exemplificação, o Fundo Financeiro é destinado aos servidores e aos seus dependentes que já recebiam benefícios previdenciários antes da promulgação da Lei nº. 1.793/09. É baseado no regime de repartição simples, sistema atualmente utilizado com garantia de o Município realizar a cobertura total de sua insuficiência financeira.

1.5. Ao contrario, o Fundo Previdenciário é destinado aos demais servidores de cargo de provimento efetivo e aos seus respectivos dependentes, baseado no sistema de capitalização, ou reserva de capitais, que implicará na formação de uma poupança previdenciária, destinada ao custeio dos benefícios previdenciários futuros.

2. Departamento de Previdência

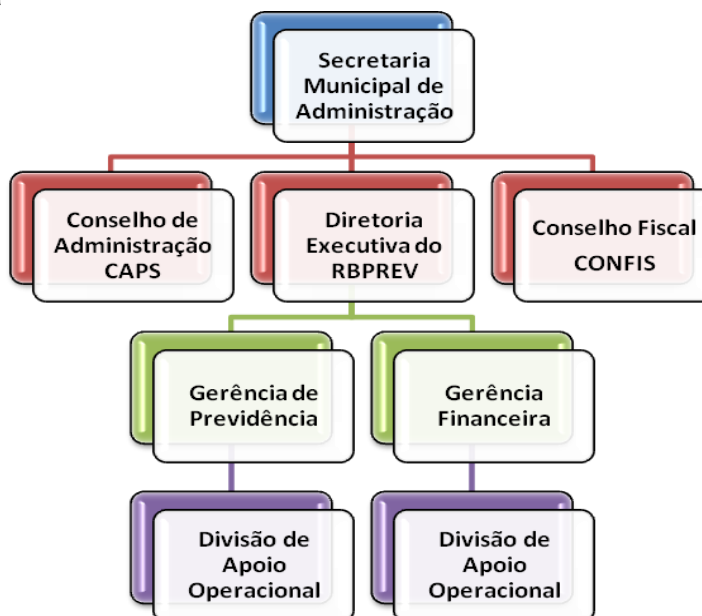
2.1. Estrutura Organizacional

2.1.1. O Departamento de Previdência é órgão integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Administração que, além da responsabilidade do gerenciamento das concessões previdenciárias, tem como atribuição gerir os dois Fundos Previdenciários – FPREV e FFIN.

2.1.2. O Departamento de Previdência tem a seguinte estrutura administrativa:

- ✓ Diretoria Executiva composta de:
 - Um Diretor de Departamento;
 - Dois Gerentes, sendo:
 - Um Gerente Previdenciário;
 - Um Gerente Financeiro.
 - Duas Divisões de Apoio Operacional;
- ✓ Conselho de Administração; e
- ✓ Conselho Fiscal.

Figura I - Organograma



2.2. Principais realizações do RBPREV

2.2.1. Para o cumprimento de sua missão e com o objetivo de dar eficácia em suas atividades, a Diretoria Executiva do Departamento de Previdência, responsável pela gestão do Fundo Financeiro, realizou várias ações no ano de 2011, dentre as principais, destacamos:

- I. Criação do sistema de emissão de Certidão de Tempo de Contribuição do RBPREV;
- II. Colaboração e revisão da minuta de decreto que ensejou posteriormente na aprovação do Decreto nº. 2.526, de 26 de maio de 2011, que regulamenta a atualização cadastral dos aposentados e pensionistas dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Rio Branco que recebem proventos e pensões do Fundo Previdenciário e do Fundo Financeiro, previstos na Lei nº. 1.793, de 23 de dezembro de 2009 – O Recadastramento, que deve ser feito no mês de aniversário de cada beneficiário, teve início em janeiro de 2012;
- III. Definição e divulgação da logomarca do RBPREV;
- IV. Lançamento do site do RBPREV: <http://www.riobranco.ac.gov.br/rbprev> - Link disponível no site da Prefeitura de Rio Branco;
- V. Estudo e adequação da Política de Investimento dos Fundos Previdenciários, aprovada posteriormente pelo Conselho Administrativo;
- VI. Capacitação dos servidores, tanto da área previdenciária quanto da financeira;
- VII. Capacitação dos membros dos conselhos Fiscal e de Administração, tanto da área previdenciária quanto da financeira;
- VIII. Elaboração de relatórios mensais e bimestrais e envio dos demonstrativos ao Ministério da Previdência Social como requisito de garantir a permanência do Certificado de Regularização Previdenciária aprovado.

2.3. Planos de Aplicações Financeiras - Política de Investimento do RBPREV

2.3.1. No sentido de seguir os preceitos e instrumentos legais, emanados dos órgãos normatizadores dos RPPS, a Política de Investimentos do Fundo Previdenciário e do Fundo Financeiro do RBPREV é balizada pelas Leis, Resoluções, Orientações Normativas, Portarias, dentre os quais merecem destaque:

- ✓ Constituição Federal e
- ✓ Emendas Constitucionais: 19/98, 20/98, 41/03 e 47/05
- ✓ Lei Nº 9.717, de 27 de novembro de 1998
- ✓ Lei Nº 9.796, de 05 de maio de 1999
- ✓ Lei Nº 10.877, de 21 de junho de 2004
- ✓ Orientação Normativa Nº 02, de 31 de março de 2009
- ✓ Portaria MPS Nº 155, de 15 de maio de 2008
- ✓ Lei Nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964
- ✓ Decreto Nº 3.788, de 11 de abril de 2001
- ✓ Instrução CVM Nº 409, de 18 de agosto de 2004
- ✓ Resolução CMN Nº 3.922, de 25 de novembro de 2010

2.3.2. O Plano de Aplicação dos Recursos do RBPREV para o exercício de 2011, consta na Política de Investimento, aprovada em reunião do Conselho de Administração – CAPS - em 29 de dezembro de 2010 e publicada do D.O.E. nº. 10.457, de 7 de janeiro de 2011.

2.3.3. A política de investimentos do RBPREV; calcada na Resolução CMN Nº 3.922 de 25/11/2010 - que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e

autoriza a aplicação dos recursos em fundos de investimentos; objetiva estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos, visando atingir a meta atuarial, buscando a garantia dos pagamentos de benefícios previdenciários, se atendo aos princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

2.3.4. A Diretoria Executiva do RBPREV cumpriu os limites de aplicações previstos na Política de Investimentos do RBPREV, aprovada pelo Conselho de Administração para o exercício de 2011, em que prevê a alocação dos recursos conforme percentuais contidos no Quadro II:

Quadro II - Plano de Investimento

Segmento		Resolução CMN Nº 3.922 de 25/11/2010 Renda Fixa	Limite Resolução	Limite Política RBPREV
Renda Fixa Art. 7°	I	a	Títulos Tesouro Nacional (SELIC)	100%
		b	Fundos de investimentos exclusivamente por títulos do Tesouro Nacional (SELIC)	100%
	II	Operações compromissadas exclusivamente com títulos definidos alínea "a" do inciso I (1)	15%	15%
	III	Fundos de invest. referenciados (1)	80%	80%
	IV	Fundos de invest. Referenc. Abertos	30%	30%
	V	Depósitos de Poupança	20%	0%
	VI	Fundo de investimento em Direitos Creditórios - Aberto (2)	15%	15%
	VII	a	Fundo de investimento em Direitos Creditórios - Fechado (2)	5%
b		Fundos de investimento – Crédito privado (2)	5%	5%
Segmento		Resolução CMN Nº 3.922 de 25/11/2010 Renda Variável	Limite Resolução	Limite Política RBPREV
Renda Variável Art. 8°	I	Fundos de investimentos abertos referenciados aos índices: Ibovespa, IBrX e IBrX-50(3)	30%	15%
	II	Fundos de referenciados em ações - Ibovespa, IBrX e IBrX-50(3)	20%	15%
	III	Fundos de investimento em ações	15%	15%
	IV	Fundos de investimento Multimercado – Aberto sem alavancagem	5%	5%
	V	Fundo de investimento em participações - Fechado(3)	5%	0%
	VI	Cotas de fundo de investimento imobiliário (3)	5%	0%
Obs.: (1) A política de investimento do fundo deve assumir o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA).				
(2) O limite total em FDIC's é de 15%, no qual se insere o limite em fundos abertos e fechados.				
(3) As aplicações em Renda Variável, Art. 8º, cumulativamente, limitar-se-ão a 15% (quinze por cento) da totalidade das aplicações dos recursos do RBPREV.				

REFERÊNCIAS DE MERCADO - BENCHMARKS

2.3.5. Cada segmento de mercado deverá ser comparado frente as suas referências específicas, conforme os seguintes referenciais:

Quadro III - Referências do Mercado - Benchmarks

Renda Fixa	Certificado de Depósito Interbancário – CDI Índice de Mercado Andima - IMA
Renda Variável	Índice da Bolsa de Valores de SP – Ibovespa

2.3.6. Esses referenciais estabelecidos para cada segmento devem ser tratados como metas de atingimento e de qualidade para a comparação dos investimentos geridos pelo RBPREV.

3. Fundo Financeiro do RBPREV

3.1. O Fundo Financeiro – FFIN é órgão vinculado à Secretaria Municipal de Administração e tem como gestor responsável o Departamento de Previdência Social.

3.2. O Fundo Financeiro destina-se ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados, inativos e pensionistas do Município de Rio Branco, protegidos pela Lei nº. 1.597/06, e aos seus respectivos dependentes.

4. Fontes de receita do Fundo Financeiro – FFIN

4.1. As principais fontes de receita do RPPS são as contribuições oriundas dos servidores inativos, pensionistas e/ou seus dependentes vinculados a este fundo e a cobertura de insuficiência financeira do ente estatal. As alíquotas das contribuições são definidas atuarialmente com base em uma série de variáveis, sendo o perfil demográfico dos servidores um dos principais fatores a serem considerados.

4.2. Em função da receita do Fundo Financeiro não ser suficiente para pagamento dos benefícios em epígrafe, o Município de Rio Branco realiza aportes financeiros mensais para garantir os direitos previdenciários dos servidores inativos do antigo regime de previdência do Ente Municipal e seus respectivos dependentes.

4.3. As fontes de receita do Fundo Financeiro do RBPREV estão descritas no Quadro IV:

Quadro IV - Fontes de receita do Fundo Financeiro - FFIN

I. As contribuições compulsórias dos segurados inativos e pensionistas que trata a lei nº. 1.597/06.
II. O produto de rendimentos, acréscimos ou correções provenientes das aplicações de seus recursos;
III. As compensações financeiras obtidas pela transferência de entidades públicas de previdência federal, estadual ou municipal e do Regime Geral de Previdência Social - RGPS;
IV. As subvenções recebidas dos governos federal, estadual e municipal;
V. As doações e os legados;
VI. Os recursos e créditos a título cobertura de insuficiência financeira;
VII. Outras receitas criadas por lei.

5. Alíquotas das Contribuições Previdenciárias Compulsórias

5.1. As alíquotas das Contribuições Previdenciárias Compulsórias, listadas no Quadro V, foram estabelecidas na Lei nº. 1.793/09 e permaneceram as mesmas no exercício de 2011.

Quadro V - Alíquotas das Contribuições Previdenciárias Compulsórias

Contribuinte	Base de Contribuição	Alíquota %
Servidor Inativo e pensionista	Parcela dos proventos que exceder ao limite máximo dos benefícios do INSS	11%
Inativo e pensionista (portador de doença incapacitante)	Parcela dos proventos que exceder 2(duas) vezes o limite máximo dos benefícios do INSS	11%

6. Orçamento do FFIN para o ano de 2011

6.1. O orçamento previsto para o Fundo Financeiro para o exercício de 2011, foi autorizado pela Lei Municipal nº. 1.823 de 31 de dezembro de 2010, demonstrado no Quadro VI.

Quadro VI - Orçamento do FFIN para o exercício de 2011

Receita	Especificação	Valor Estimado R\$	Valor Executado R\$
Poder Executivo e Poder Legislativo	Aposentadorias Pensões	3.375.305,00	146.108,86
Despesa	Especificação	Valor Estimado R\$	Valor Executado R\$
Poder Executivo e Poder Legislativo	Aposentadorias Pensões	3.472.775,84	2.756.179,96

7. Movimentações Financeiras do exercício de 2011

7.1. A movimentação financeira do Fundo Financeiro se deu basicamente pelo recebimento dos recursos do ente patronal a título de “cobertura de insuficiência financeira” e o pagamento dos benefícios previdenciários aos beneficiários deste fundo.

7.2. Abaixo apresentamos quadros demonstrativos da movimentação financeira mensal tanto do Banco do Brasil, instituição financeira responsável pelo pagamento dos benefícios dos servidores do poder executivo, quanto da Caixa Econômica Federal, responsável pelo pagamento dos benefícios aos servidores do poder legislativo.

Quadro VII - Demonstrativos da Movimentação Bancária no exercício de 2011 - Banco do Brasil

Mês	Saldo Anterior	Receita Mês	Aplicação Financeira	Despesas	Saldo disponível
Janeiro	R\$ 30.722,63	R\$ 175.960,90	R\$ 250,79	R\$ 151.535,30	R\$ 55.399,02
Fevereiro	R\$ 55.399,02	R\$ 163.551,44	R\$ 468,80	R\$ 153.720,01	R\$ 65.699,25
Março	R\$ 65.699,25	R\$ 174.347,99	R\$ 754,50	R\$ 160.306,48	R\$ 80.495,26
Abril	R\$ 80.495,26	R\$ 174.751,74	R\$ 630,72	R\$ 151.367,86	R\$ 104.509,86
Maio	R\$ 104.509,86	R\$ 12.436,48	R\$ 977,17	R\$ 117.923,51	
Junho		R\$ 195.785,82	R\$ 137,01	R\$ 148.732,18	R\$ 47.190,65
Julho	R\$ 47.190,65	R\$ 159.421,14	R\$ 331,77	R\$ 160.612,67	R\$ 46.330,89
Agosto	R\$ 46.330,89	R\$ 135.283,20	R\$ 1.402,15	R\$ 148.419,40	R\$ 34.596,84
Setembro	R\$ 34.596,84	R\$ 161.319,22	R\$ 534,60	R\$ 135.863,72	R\$ 60.586,94
Outubro	R\$ 60.586,94	R\$ 146.260,03	R\$ 488,64	R\$ 164.474,91	R\$ 42.860,70
Novembro	R\$ 42.860,70	R\$ 159.733,95	R\$ 659,70	R\$ 166.712,69	R\$ 36.541,66
Dezembro	R\$ 36.541,66	R\$ 297.324,44	R\$ 94,28	R\$ 303.567,13	R\$ 30.393,25
Total		R\$ 1.956.176,35	R\$ 6.730,13	R\$ 1.963.235,86	R\$ 30.393,25

Quadro VIII - Demonstrativos da Movimentação Bancária no exercício de 2011 - Caixa Econômica Federal

Mês	Saldo Anterior	Receita Mês	Aplicação Financeira	Despesas	Saldo disponível
Janeiro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 0,00	R\$ 119.234,16	R\$ 0,00	R\$ 89.059,89	R\$ 30.174,27
Março	R\$ 30.174,27	R\$ 59.617,08	R\$ 248,22	R\$ 85.999,68	R\$ 28.771,77
Abril	R\$ 28.771,77	R\$ 59.617,08	R\$ 192,50	R\$ 55.030,88	R\$ 33.550,47
Maio	R\$ 33.550,47	R\$ 59.837,76	R\$ 247,83	R\$ 51.559,98	R\$ 42.076,08
Junho	R\$ 42.076,08	R\$ 59.617,08	R\$ 232,96	R\$ 70.234,11	R\$ 31.692,01
Julho	R\$ 31.692,01	R\$ 139.676,72	R\$ 255,45	R\$ 134.862,01	R\$ 36.762,17
Agosto	R\$ 36.762,17	R\$ 59.617,08	R\$ 415,51	R\$ 70.274,14	R\$ 26.520,62
Setembro	R\$ 26.520,62	R\$ 59.617,08	R\$ 319,92	R\$ 57.058,85	R\$ 29.398,77
Outubro	R\$ 29.398,77	R\$ 61.626,18	R\$ 172,73	R\$ 64.406,21	R\$ 26.791,47
Novembro	R\$ 26.791,47	R\$ 76.126,24	R\$ 171,35	R\$ 76.313,51	R\$ 26.775,55
Dezembro	R\$ 26.775,55	R\$ 160.516,52	R\$ 114,12	R\$ 130.777,65	R\$ 56.628,44
Total		R\$ 915.102,98	R\$ 2.370,59	R\$ 885.576,91	R\$ 56.628,44

7.3. Com relação à movimentação financeira do Fundo Financeiro no ano de 2011 fazemos as seguintes observações:

- ✓ O Fundo Financeiro iniciou o ano de 2011 com saldo de R\$ 30.722,63 (trinta mil setecentos e vinte e dois reais e sessenta e três centavos) na conta bancária do Banco do Brasil. Entretanto, face aos motivos expostos em NOTA EXPLICATIVA ANEXO VII - INCISO VI, da Prestação de contas de 2010, a conta contábil do Fundo Financeiro iniciou o ano com R\$24.384,97 (vinte e quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos). A diferença entre conta bancária e conta contábil no valor de R\$6.337,66 (seis mil trezentos e trinta e sete reais sessenta e seis centavos) foi regularizada no exercício de 2011- conforme cópia dos comprovantes de regularização dos lançamentos contábeis de 2010 (DOC 3);
- ✓ Efetivamente somente a partir do mês de fevereiro de 2011 o RBPREV assumiu o processo de pagamento da folha dos aposentados e pensionistas do poder legislativo. Para esse fim, o RBPREV abriu conta corrente na instituição financeira da Caixa Econômica Federal, haja vista que a folha de pagamento geral da Câmara Legislativa é de responsabilidade contratual com essa instituição bancária. Assim, atualmente, há o gerenciamento de duas contas distintas para o pagamento dos benefícios previdenciários referente ao fundo financeiro dos servidores inativos e pensionistas vinculados aos poderes executivo e legislativo municipal;
- ✓ O valor total das transferências do Município de Rio Branco para cobrir as despesas com folha de pagamento dos aposentados e pensionistas versados na Lei nº. 1.597/06 foi no montante de R\$ 2.871.279,33(dois milhões oitocentos e setenta e um mil, duzentos e setenta e nove reais e trinta e três centavos), sendo:
 - R\$ 1.956.176,35 (um milhão novecentos e cinquenta e seis mil cento e setenta e seis reais e trinta e cinco centavos) do poder executivo; e
 - R\$915.102,98 (novecentos e quinze mil cento e dois reais e noventa e oito centavos) do poder legislativo;
- ✓ O rendimento nas aplicações financeiras do Fundo Financeiro ao final de 2011 foi de R\$9.100,72(nove mil cem reais e setenta e dois centavos), não obstante, como houve regularização dos rendimentos auferidos no ano de 2010, o valor contabilizado do rendimento foi de R\$10.358,48(dez mil trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos), sendo:
 - R\$6.730,13 (seis mil setecentos e trinta reais e treze centavos) em fundos de renda fixa do Banco do Brasil em 2011;
 - R\$1.257,76 (mil duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e seus centavos) referente a regularização contábil do ano de 2010; e
 - R\$2.370,59 (dois mil trezentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos) no fundo de renda fixa da Caixa Econômica Federal – 2011;
- ✓ A média da despesa mensal do Fundo Financeiro com a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas foi de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), gerando uma despesa total no valor de R\$2.848.812,77(dois milhões oitocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e doze reais e setenta e sete centavos), sendo:
 - R\$ 1.963.235,86 (um milhão novecentos e sessenta e três mil duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos) do poder executivo e;

- R\$ 885.576,91 (oitocentos e oitenta e cinco mil quinhentos e setenta e seis reais e noventa e um centavos) do poder legislativo;
- ✓ O Fundo Financeiro do RBPREV fechou o ano de 2011 com:
 - R\$ 30.393,25 (trinta mil trezentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos) na conta do Banco do Brasil nº7568-X, e
 - R\$56.628,44 (cinquenta e seis mil seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos), na conta da Caixa Econômica Federal nº 446-1.
 - Em conta contábil o saldo da Caixa Econômica Federal fechou o ano de 2011 com R\$55.878,06 (cinquenta e cinco mil oitocentos e setenta e oito reais e seis centavos).
- ✓ A conciliação bancária do Fundo Financeiro fechou o ano de 2011 com uma diferença de R\$750,38 (setecentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos) entre a conta bancária da Caixa Econômica Federal e sua respectiva conta contábil. Esta diferença está demonstrada em NOTA EXPLICATIVA - ANEXO VII - INCISO VI e será regularizada em 2012.

7.4. As especificações da conta corrente e investimento do Fundo Financeiro do RBPREV se encontram discriminadas no Quadro IX:

Quadro IX - Localização dos Recursos

Instituição Financeira	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal
Agência	3550- 5	2278-0
Conta	7568-X	445-1
Fundo Financeiro (Conta Corrente)	R\$ 0,00	R\$ 50,00
Fundo Financeiro (Conta Investimento)	R\$ 30.393,25	R\$ 56.578,44
Total	R\$ 30.393,25	R\$56.628,44

8. Aplicações Financeiras do FFIN realizadas no ano de 2011

8.1. Os recursos oriundos da arrecadação previdenciária são investidos no mercado financeiro, de acordo com parâmetros determinados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) do Banco Central do Brasil (BC). O objetivo dessas aplicações é garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS em longo prazo.

8.2. As determinações do CMN definem que essas aplicações sejam de baixo risco, assim as opções de investimento são limitadas.

8.3. Podemos observar nas informações constantes no Quadro 10 que as aplicações do Fundo Financeiro do RBPREV estão em consonância com a Resolução CMN Nº 3.922/10, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social, e com a política de investimento aprovada pelo Conselho de Administração para o ano de 2011, destacando que no ano de 2011 **100%** dos recursos do Fundo Financeiro foram alocados em renda fixa.

Quadro X - Demonstrativo das aplicações realizadas no ano de 2011

Banco e Fundo	Saldo em 31/12/2011 R\$	Distrib. (%)	Resolução nº 3.922	Limite (%)
Banco do Brasil - BB RPPS	R\$ 30.393,25	34,95%	Artigo 7º, item I-b	100%

Conservador - Renda Fixa				
Caixa Econ. Federal – Caixa Fic Prático CP	R\$ 56.578,44	65,05%	Artigo 7º, item I-b	100%
TOTAL DOS RECURSOS	R\$ 86.971,69	100%		

9. Resultado das Aplicações Financeiras do exercício de 2011

9.1. No início do ano de 2011 o Ministério da Fazenda divulgava previsões bem otimistas com relação à economia brasileira. Esperava-se que o mercado financeiro proporcionasse rentabilidades positivas aos realizados investimentos dos RPPS. A expectativa era de rentabilidades acima da meta atuarial nos investimentos dentre as alternativas legais amparadas na Resolução CMN Nº 3.922 de 25/11/2010.

9.2. O ano de 2011 foi muito positivo para a renda fixa. Houve uma oscilação da taxa básica de juros (SELIC), que começou o ano em 10,75%, chegou a 12,50% em julho e fechou o ano em 11,00% e tanto a parcela de investimentos realizados em taxa de juros fixos quanto à parcela atrelada à inflação se comportaram de forma muito positiva, superando o CDI.

9.3. Ao contrário da Renda Fixa, que teve um ano positivo, não se pode dizer o mesmo da Renda Variável. Esta apresentou resultados bem abaixo das expectativas do início do ano, impactada por uma crise externa com foco nos mercados europeus, que afetou de forma significativa, as ações brasileiras.

9.4. Diante de um cenário desfavorável, durante o ano de 2011 o RBPREV iniciou o ano com uma exposição de somente 4,97% do total do patrimônio do RBPREV – soma dos recursos dos fundos Financeiro e Previdenciário - em Renda Variável.

9.5. Tendo em vista o fluxo de caixa do Fundo Financeiro – que recebe recursos mensais do ente patronal a título de “cobertura de insuficiência financeira” somente para pagamento dos benefícios previdenciários mensais de inativos e pensionistas que trata a lei nº. 1.597/06 - o RBPREV manteve 100% de seus recursos aplicados em renda fixa – com resgate em D+1.

9.6. As aplicações financeiras do Banco do Brasil renderam R\$ 6.730,13 (seis mil setecentos e trinta reais e treze centavos) e as realizadas na Caixa Econômica Federal renderam R\$ 2.370,59 (dois mil trezentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos), conforme informações contidas no Quadro XI.

Quadro XI - Demonstrativo de rendimento de aplicações

Mês	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Receita de Investimento
Janeiro	R\$ 250,79	0,00	R\$ 250,79
Fevereiro	R\$ 468,80	0,00	R\$ 468,80
Março	R\$ 754,50	R\$ 248,22	R\$ 1.002,72
Abril	R\$ 630,72	R\$ 192,50	R\$ 823,22
Mai	R\$ 977,17	R\$ 247,83	R\$ 1.225,00
Junho	R\$ 137,01	R\$ 232,96	R\$ 369,97
Julho	R\$ 331,77	R\$ 255,45	R\$ 587,22
Agosto	R\$ 1.402,15	R\$ 415,51	R\$ 1.817,66
Setembro	R\$ 534,60	R\$ 319,92	R\$ 854,52
Outubro	R\$ 488,64	R\$ 172,73	R\$ 661,37
Novembro	R\$ 659,70	R\$ 171,35	R\$ 831,05
Dezembro	R\$ 94,28	R\$ 114,12	R\$ 165,88
Total	R\$ 6.730,13	R\$ 2.370,59	R\$ 9.058,20

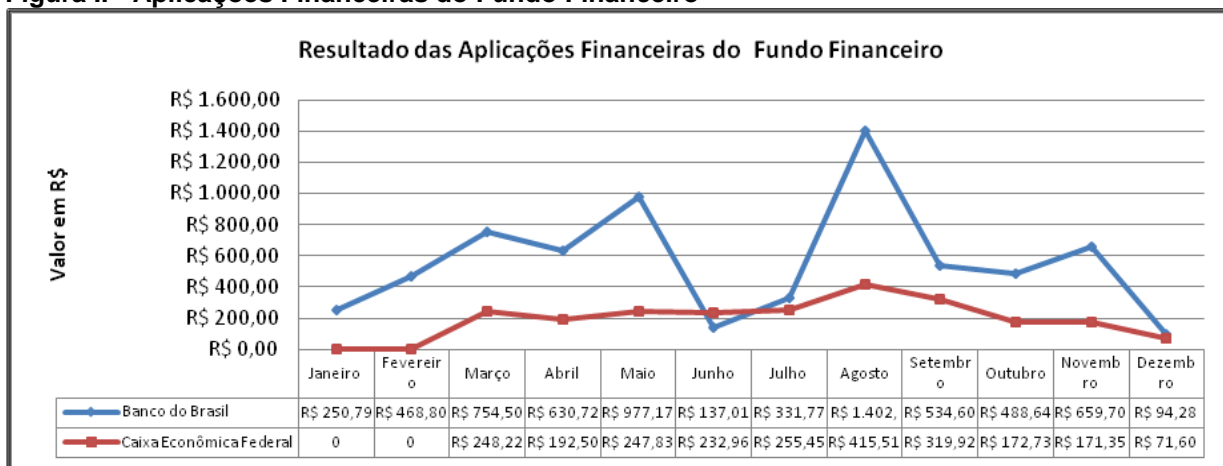
9.7. No caso do Fundo Financeiro, o resultado das aplicações pode variar tanto pela volatilidade, comum a qualquer investimento - inclusive de renda fixa, quanto em função do valor investido. Neste caso, o resultado da aplicação é diretamente proporcional ao valor do saldo na conta de investimento.

9.8. Como os recursos deste fundo - que são provenientes de aportes dos poderes executivo e legislativo - são utilizados, quase em sua totalidade, para pagamento das folhas dos beneficiários, é comum o saldo da conta oscilar de R\$0,00 a R\$100.000,00, impactando no resultado das aplicações.

10. Estratégias adotadas nos investimentos financeiros em 2011

10.1. A crise financeira e econômica global vem provocando desconfiança e turbulências nos mercados mundiais e no mercado de capitais brasileiro, com forte volatilidade nas operações da Bovespa ao longo do ano de 2011.

10.2 Observou-se um grau de volatilidade também nas aplicações em renda fixa no ano de 2011. Em que pese a grande maioria dos fundos em que o RBPREV investe seja de renda fixa, os títulos que ficam na carteira desses fundos de investimento oscilam ao sabor do movimento da inflação e da procura pelos papéis, por isso essa volatilidade apresentada é considerada normal nesse tipo de investimento, que foi ainda maior de agosto para setembro em função do corte na taxa SELIC em 0,5%, chegando a 12% ao ano.

Figura II - Aplicações Financeiras do Fundo Financeiro


10.3. A exemplo de 2010 o RBPREV vem adotando uma postura moderada na gestão dos ativos, mantendo os investimentos do Fundo Financeiro no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Como consequência, observa-se que os resultados das aplicações nos Fundos escolhidos tiveram um rendimento positivo, demonstrando que a postura adotada foi adequada.

10.4. Dentre as principais estratégias adotadas pelo Departamento de Previdência na gestão dos ativos dos dois Fundos que administra, destacamos:

- I. Manter uma postura moderada na gestão dos ativos, acompanhando de perto os resultados dos investimentos recebendo apoio técnico da Instituição Financeira Gestora (Banco do Brasil);
- II. Manter permanentemente o enquadramento legal dos Investimentos do Fundo Financeiro aos requisitos legais que regem os RPPS's;
- III. Acompanhar as variações dos investimentos e seus ativos – por meio de relatórios diários encaminhados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal;
- IV. Monitorar o mercado através de TV, internet, jornais, contato com outros RPPS – principalmente o Acreprevidência, fazendo comparações com outros bancos e com fundos diversos e similares aos selecionados pelo RBPREV.

11. Benefícios pagos pelo Fundo Financeiro em 2011

11.1. Os benefícios previdenciários pagos pelo Fundo Financeiro são para custear as Pensões civis e aposentadorias dos segurados do extinto Regime do Município de Rio Branco, que trata a Lei nº. 1.597/06.

11.2. O quadro 12 apresenta informações de quantidade e valores pagos no exercício de 2011 aos beneficiários do Fundo Financeiro, tanto do poder executivo quanto do legislativo:

Quadro XII - Benefícios Custeados pelo Fundo Financeiro

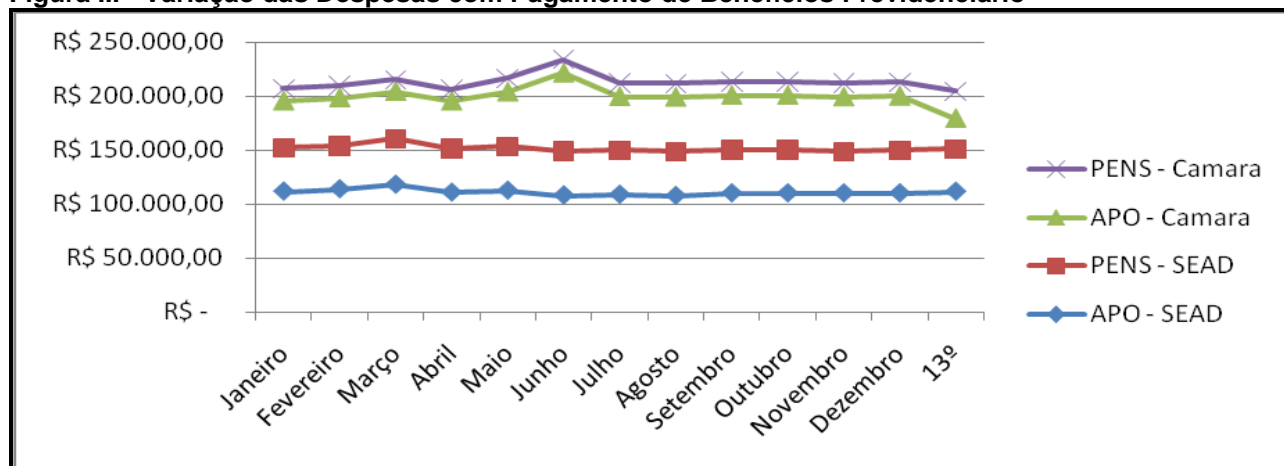
Poder	Benefício	Quantidade de beneficiários	Valor global pago no ano R\$
Executivo	Pensões	12	R\$ 481.495,23
	Aposentadorias	19	R\$ 1.483.907,24
Legislativo	Pensões	1	R\$ 158.340,29
	Aposentadorias	6	R\$ 632.437,20

11.3. Demonstramos no quadro abaixo os valores mensais pagos pelo Fundo Financeiro do RBPREV a título de Aposentadorias e Pensões:

Quadro XIII - Valores mensais da folha de Pagamento de aposentadorias e pensões

Período	Aposentadoria Poder Executivo	Pensão Poder Executivo	Aposentadoria Poder Legislativo	Pensão Poder Legislativo
Janeiro	R\$ 111.688,42	R\$ 39.846,88	R\$ 43.996,71	R\$ 11.034,17
Fevereiro	R\$ 113.873,13	R\$ 39.846,88	R\$ 43.996,71	R\$ 11.034,17
Março	R\$ 118.105,65	R\$ 42.200,83	R\$ 45.081,54	R\$ 11.034,17
Abril	R\$ 110.736,33	R\$ 40.631,53	R\$ 43.996,71	R\$ 11.034,17
Mai	R\$ 112.575,43	R\$ 40.631,53	R\$ 43.996,71	R\$ 11.034,17
Junho	R\$ 108.100,65	R\$ 40.631,53	R\$ 65.995,06	R\$ 11.034,17
Julho	R\$ 108.722,40	R\$ 40.369,27	R\$ 50.596,17	R\$ 12.689,29
Agosto	R\$ 148.419,40	R\$ 0,00	R\$ 50.596,17	R\$ 12.689,29
Setembro	R\$ 110.079,29	R\$ 40.119,62	R\$ 50.596,17	R\$ 12.689,29
Outubro	R\$ 110.020,10	R\$ 40.119,62	R\$ 50.596,17	R\$ 12.689,29
Novembro	R\$ 110.019,87	R\$ 38.596,98	R\$ 50.596,17	R\$ 12.689,29
Dezembro	R\$ 110.020,10	R\$ 39.380,94	R\$ 63.795,09	R\$ 15.999,53
13º	R\$ 111.546,47	R\$ 39.119,62	R\$ 28.597,82	R\$ 12.689,29
Total	R\$ 1.483.907,24	R\$ 481.495,23	R\$ 632.437,20	R\$ 158.340,29

11.4. Notamos na figura abaixo (Figura III) uma variação das despesas com pagamento de benefícios previdenciário do poder legislativo no mês de junho. Essa variação é consequente de um reajuste salarial de 15% dado aos servidores ativos da Câmara Municipal de Rio Branco, por meio da Lei nº. 1.845 de 29 de junho de 2011, que se estendeu aos aposentados e pensionistas com paridade.

Figura III - Variação das Despesas com Pagamento de Benefícios Previdenciário


12. Avaliação Atuarial do exercício de 2011

12.1. Em cumprimento às exigências previstas na legislação vigente, foi elaborada a avaliação atuarial referente ao exercício de 2011, com data base de 31 de dezembro de 2010.

12.2. O estudo atuarial foi elaborado pela Empresa VPA - Soluções Atuariais, em parceria com a Transparência Previdenciária, através do contrato firmado entre a Secretaria Municipal de Administração e a Empresa Transparência Previdenciária.

12.3. O estudo teve como técnico responsável, o atuário Júlio Machado Passos (Atuário MIBA 1.275), cujo resultado conclusivo informou que o Regime Próprio de Previdência do Município encontra-se em equilíbrio atuarial com superávit de R\$ 5.094.009,50.

12.4. Para realização dos cálculos do Estudo Atuarial para o ano de 2011 o atuário levou em consideração alguns fatores que consideramos importante destacar:

- ✓ O estudo teve como base a Tábua de Mortalidade IBGE-2008;
- ✓ Os cálculos realizados levaram em consideração a existência de patrimônio líquido no valor de R\$ 15.151.404,51 e aporte patronal no valor de R\$ 10.435.312,68;
- ✓ De acordo com o §1º do Art 69, da Lei nº. 1.793/09, durante os 03 (três) primeiros anos da criação do RBPREV, o Poder Executivo do Município de Rio Branco arcará com o custeio das despesas administrativas necessárias a operacionalização dos fundos, limitadas a 1,5% do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime;
- ✓ Com base no Art. 97 da Lei nº. 1.793/09, após a implantação do RPPS os benefícios do auxílio doença e da licença maternidade observarão as normas previstas na lei que dispõe sobre o regime estatutário dos servidores municipais (Lei Municipal nº. 1.794/09) e serão custeados pelos poderes Executivo e Legislativo, autarquias e fundações, respectivamente para os servidores neles lotados;
- ✓ O valor das compensações previdenciárias foi estimado em R\$ 24.565.143,79;
- ✓ As alíquotas de contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas foram fixadas em 11% e a contribuição patronal em 17,41%, conforme artigos 50 e 51, da Lei nº. 1.793/09, respectivamente.

12.5. Tais informações foram discriminadas no Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial, documento exigido pelo Ministério da Previdência Social. O resultado do estudo encontra-se resumidamente no Quadro XIV.

Quadro XIV - Demonstrativo do Saldo Atuarial

FATOR	VALOR
(+) Reservas matemáticas	R\$ 45.057.851,48
(-) Patrimônio Constituído	R\$ 15.151.404,51
(-) aporte Patronal *	R\$ 10.435.312,68
(-) Compensação Previdenciária a receber	R\$ 24.565.143,79
(=) Superávit Atuarial	R\$ 5.094.009,50
(+) Reservas de contingência	R\$ 5.094.009,50
(+) Reservas para ajuste do plano	R\$ 0,00

*Conforme Lei Municipal 1.793/09 – Artigo 58, §2º

13. Resultados e Conclusões

13.1. Esperamos, com o presente documento, evidenciar a situação orçamentária, financeira, contábil, administrativa e previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Rio Branco, de forma especial da execução da receita e despesa sob diversos enfoques, propiciando desta forma à sociedade, aos órgãos de controle interno e externo e aos servidores vinculados ao Regime, conhecer, acompanhar e analisar o desempenho das ações do Departamento de Previdência Social em busca de garantir o cumprimento de sua missão que é de “assegurar aos servidores efetivos e aos seus dependentes os direitos previdenciários, mediante gestão participativa com ética, profissionalismo e responsabilidade social”.

13.2. Composto por diversas informações, demonstrativos e gráficos, o Relatório de Gestão, exigido pela Resolução 62 do Tribunal de Contas do Estado do Acre, é de elaboração anual a ser entregue até 31 de março de 2012.

13.3 Para tanto, submetemos este Relatório de Gestão do Fundo Financeiro do RBPREV, relativo ao exercício de 2011 à apreciação do órgão fiscalizador do Estado do Acre - Tribunal de Contas do Estado do Acre - T.C.E - AC., ao mesmo tempo em que afiançamos que nossa atuação está pautada no compromisso com o servidor, na responsabilidade com a res pública e nos princípios norteadores dos atos do servidor público: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

14. Anexos:

14.1. (DOC.1) Parecer N° 003º, de 08 de março de 2012, do Conselho Fiscal;

14.2.(DOC.2) Resolução N° 09, de 08 de março de 2012, do Conselho de Administração;

14.3. (DOC.3) Comprovantes de regularização dos lançamentos contábeis de 2010;

14.4. (DOC 4) NOTA EXPLICATIVA ANEXO VII - INCISO VI